

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO ARTESÃO NO ALTO DO MOURA, EM CARUARU-PE

Resultado de investigação finalizada

GT 18 - Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

Fernando Arruda Gonçalves¹
Ana Márcia Batista Almeida²

Resumo:

O processo de reestruturação produtiva acontece a partir da ascensão do modelo toyota de produção, que exige a flexibilização do trabalho em todas as suas dimensões. A consequência desta flexibilização ao mundo do trabalho é a precarização generalizada dos vínculos trabalhistas e das condições de trabalho. Diante deste contexto, o presente trabalho propôs-se a analisar as implicações da reestruturação produtiva ao trabalho realizado com o barro na Comunidade Alto do Moura, Caruaru-PE. Para tal análise foi utilizada uma abordagem de natureza qualitativa, e os sujeitos da pesquisa referiram-se aos trabalhadores do barro desta comunidade. A conclusão obtida foi a constatação de uma hibridização estruturada do modo de produção, onde as relações e as condições de trabalho se encontram fragilizadas e precarizadas diante da informalidade que permeia todos os processos de produção.

Palavras-chave: Artesanato em barro; reestruturação produtiva; flexibilidade e precarização do trabalho.

INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva é um processo que se desenvolve na produção capitalista a partir dos anos 1980 com ascensão do modelo toyota de produção, que surge como proposta de melhor atender as exigências do mercado na dinâmica capitalista recente, substituindo ou transformando os padrões de produção do modelo taylorista-fordista. Este novo modelo, sustenta-se num sistema produtivo flexível, onde, para o seu pleno funcionamento, torna-se necessária a flexibilização da organização do trabalho, do aparato produtivo, da cadeia de produção, e por fim, do próprio trabalhador. A partir dos anos 1990, a reestruturação produtiva intensifica-se e a flexibilização do trabalho expande seus limites a partir da desregulamentação generalizada do mercado de trabalho, promovida pelo discurso neoliberal.

A flexibilização do trabalho é caracterizada pela precarização dos vínculos trabalhistas, e evidenciada na subcontratação/terceirização, no trabalho autônomo, no emprego temporário, na informalidade, em suma, em situações que representam uma fragilização das relações e condições de trabalho e uma vulnerabilidade institucionalizada do trabalhador. Este duplo fenômeno, flexibilização-precificação, vê suas consequências ao mundo do trabalho agravadas na globalização, que agudiza os estados de precificação, reverberando tais consequências às diversas sociedades.

O setor artesanal, considerado a partir de uma concepção dualista do mercado de trabalho, é considerado tradicional, atrasado, informal, contrapondo-se ao modelo hegemônico de produção: o setor industrial, moderno, formal. O trabalhador do artesanato é visto como representante da tradição local, vivendo a margem do setor moderno, trabalhando exclusivamente para reproduzir-se. O propósito deste texto, no entanto, não é discutir o artesanato na sua dimensão estritamente cultural, de

¹ Graduando em Administração – UFPE, e-mail: nandoarruda17@hotmail.com

² Doutoranda em Administração – UFPB, e-mail: anabatistaalmeida@gmail.com

construtor de identidades. O nosso olhar se debruça para o trabalho artesão, especificamente o que é realizado por homens e mulheres utilizando o barro como matéria prima na Comunidade Alto do Moura, na cidade de Caruaru, em Pernambuco. Nesse sentido, o nosso objetivo será o de analisar a (nova) configuração do “trabalho artesão”³ no Alto do Moura e as suas conexões com a dinâmica capitalista recente.

Quando a produção artesanal começou a se desenvolver na Comunidade, esta era dedicada à confecção de peças utilitárias, passando, a partir da década de 1940, a confeccionar em pequena escala peças de caráter mais tradicional, que representam predominantemente o cotidiano nordestino. Atualmente, a produção também inclui diversos produtos utilitários, figurativos e decorativos, o que sugere o contato com a lógica de mercado capitalista, diversificando a oferta de peças e incorporando velocidade ao processo produtivo, em resposta a elástica e dinâmica demanda capitalista. Diante disto, quais seriam as influências trazidas pelo modo de produção dominante, industrial e capitalista, para a consecução do “trabalho artesanal” no Alto do Moura? Quais seriam as implicações da reestruturação produtiva industrial no capitalismo recente ao desenvolvimento deste trabalho?

Para o objetivo a que nos propomos, o texto está organizado para apresentar, num primeiro momento, a discussão sobre a produção artesanal; em seguida, abordar a discussão a respeito da ascensão do modelo toyota na produção capitalista e da instauração da reestruturação produtiva, que resultam na flexibilização do trabalho e suas consequências; para, por fim, discutir as implicações que a reestruturação produtiva traz ao trabalho com o barro desenvolvido na Comunidade Alto do Moura.

PRODUÇÃO ARTESANAL – ENTRE O TRADICIONAL E O CONTEMPORÂNEO

Fazendo-se uma retrospectiva da história do trabalho submetido ao modo de produção artesanal, este se desenvolve a partir das sociedades primitivas, onde ocorrem importantes mudanças que marcam a evolução da vida material humana, entre elas, o desenvolvimento de conhecimentos técnicos para fabricação de instrumentos de pedra. Este modo de produção segue predominante nas formações pré-capitalistas: asiáticas, antigas, escravistas e feudais, dedicando-se a produção dos mais variados produtos demandados pela necessidade humana: artigos alimentícios, artigos têxteis, artigos de pedra, de madeira, de couro, de ouro, de prata, de bronze, de ferro, de cerâmica, etc. (OLIVEIRA, 2006; MARX *apud* SROUR, 1978).

As oficinas já aparecem, mesmo que timidamente, como formas de organização dos trabalhadores desde as formações asiáticas. E as associações e corporações de trabalhadores, desde as formações escravistas. Porém, é no feudalismo que esta organização ganha contorno mais sólido e aparatos legislativos através da instituição das corporações de ofício, que reúnem trabalhadores de diferentes ofícios com o objetivo de defesa de interesses em comum, onde se estabelece um sistema de aprendizagem relacionado a tradições trabalhistas hereditárias (OLIVEIRA, 2006).

O funcionamento interno das corporações não se adapta às novas condições da economia na modernidade. A necessidade de produzir em massa e a nova divisão do trabalho, que agora passa a ser técnica com a distribuição de funções nas oficinas, somadas ao conflito entre o trabalho livre emergente e o trabalho semicompulsório tradicional terminam por traçar o pano de fundo para a falência do modelo corporação de ofício e para a emergência das grandes indústrias urbanas. O camponês que foi expropriado transformou-se em artífice no feudalismo, e agora, este, por sua vez, é transformado em

³ Neste trabalho, os termos “trabalho artesanal” ou “produção artesanal”, “artesanato” e “artesão” serão utilizados com extrema cautela quando situados no campo de estudo, vindo estes, neste caso, acompanhados por aspas. Referimo-nos, de início, a “trabalho com o barro”, e, nesse sentido, designamos “trabalhadores do barro”, e não artesãos, os sujeitos do fenômeno estudado, intencionando não cair em vícios de senso comum a respeito de terminologias, pois ainda não se sabe quais as implicações trazidas pela reestruturação produtiva ao modo de produção vivenciado no campo de estudo, e por conseguinte, à ocupação desenvolvida por estes trabalhadores.

trabalhador livre, que vende sua força de trabalho em troca de uma remuneração, ou seja, o trabalho é apropriado pelo dinheiro como mercadoria. A apropriação dos meios de trabalho passa a ser da burguesia capitalista, que também passa a deter o poder político (OLIVEIRA, 2006). “O trabalhador torna-se apêndice da máquina e a sua capacidade produtiva condiciona-se à noção de lucro, isto é, pelo que o seu trabalho representa na consecução do produto” (OLIVEIRA, 2006, p.79).

Porém, mesmo após a instituição do modo de produção industrial como hegemônico no atendimento à demanda exponencial do sistema capitalista, a produção artesanal não desaparece, pelo contrário, desenvolve-se paralelamente, ganhando novos contornos, estando presente até os dias de hoje, produzindo bens de caráter mais simbólico, representando a tradição e os costumes de certa região. Alvim (1983) pontua que a relação da tradição com o artesanato faz com que os trabalhadores vinculados a este setor produtivo sejam vistos como pertencentes a uma sociedade tradicional, que se opõe a sociedade moderna, porém ver o artesanato desta forma é esquecê-lo como contemporâneo e minimizá-lo em sua importância, rechaçando a ideia de que é deste setor que grande parcela da população sobrevive hoje. Esta autora continua o raciocínio afirmando que a tradição deve ser vista no artesanato como um conjunto de práticas sociais e culturais que se reproduzem através do trabalho dos trabalhadores artesãos.

A CRISE DO MODELO TAYLORISTA-FORDISTA E A RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA A PARTIR DO MODELO TOYOTA

O taylorismo é uma proposta de gestão de produção iniciada por F. W. Taylor, que sugere a organização racional do trabalho na indústria capitalista. Taylor dedicou-se a racionalizar as tarefas, através do uso do método cartesiano de análise e síntese, como no estudo dos tempos e movimentos (RAMOS, 2009). Ele identificou a necessidade de exclusão de tarefas que excedam as capacidades dos trabalhadores, criando um sistema chamado funcional da organização administrativa do trabalho industrial, separando o planejamento da execução do trabalho, ou seja, instaurando uma nova divisão e a especialização do trabalho.

Simultaneamente à consolidação do taylorismo, Henry Ford propõe um modelo de gestão de produção baseado em uma linha de montagem, processo denominado por fordismo (HELOANI, 2002). A contribuição fundamental de Ford foi o mecanismo de trabalho repetitivo, estruturado no posicionamento estático de operários ao longo de um transportador de materiais, onde estes devem realizar determinadas operações dentro de uma dinâmica rítmica estabelecida (RAMOS, 2009), resultando na produção automatizada e em massa de um produto com preço de mercado relativamente baixo, devido à eliminação de custos propiciada por este processo (GOUNET, 1999). O trabalho parcelado em tarefas também se encontra presente neste modelo, só que se vê alterado pela criação da linha de produção, onde a administração dos tempos e movimentos dá-se de forma coletiva (HELOANI, 2002).

A partir da década de 1960, o modelo fordista começa a entrar em declínio diante da desaceleração da economia como entrave a seu pressuposto básico: a produtividade (HELOANI, 2002). “Crescimento mais vagaroso [da economia], limites na redução dos custos unitários de produção, mudanças nas condições da demanda, tudo isso converge para a afirmação de que o fordismo já não corresponde mais ao desenvolvimento do capitalismo atual” (GOUNET, 1999, p. 62). A competitividade internacional exige uma nova racionalização da produção com a incorporação de novas tecnologias que permitissem a redução de custos e salários: o neofordismo, promovendo a redução da necessidade de mão-de-obra e gerando uma situação de amplo desemprego nas sociedades (HELOANI, 2002). Essa situação gera um movimento contra a automação: acontecem várias greves contra a intensificação do trabalho, altas taxas de absenteísmo e refugos ao trabalho, que somados a redução de investimentos levam a queda na produtividade, exprimindo o limite do fordismo. Também

neste panorama, há a contestação dos Estados Unidos como primeira potência econômica mundial, estando o Japão e a Alemanha na dianteira desde processo, embasando seu crescimento econômico em novas propostas de modelos de desenvolvimento, atrelados, cada um, a uma nova organização do trabalho e a uma nova forma de distribuição dos ganhos da produtividade (GOUNET, 1999).

Antunes (2005) assinala que a década de 1980 é marcada por grandes avanços tecnológicos que se inserem e se desenvolvem no seio das relações de trabalho e da produção de capital, onde o fordismo e o taylorismo já não são os únicos modelos de gestão da produção, mesclando-se com outros processos produtivos decorrentes das experiências e especificidades de cada região (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo), ou sendo substituídos, como na experiência japonesa a partir da instituição do toyotismo. “O cronômetro e a produção em série e de massa são ‘substituídos’ pela flexibilização da produção, pela ‘especialização flexível’, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado” (ANTUNES, 2005, p. 24).

No modelo Toyota, a produção sustenta-se num processo produtivo flexível, onde, segundo Antunes (2005) e Gounet (1999), para o seu funcionamento pleno são necessárias a flexibilização: (1) da organização do trabalho, que permite que o funcionário opere simultaneamente diversas máquinas numa intensidade máxima de produção; (2) do aparato produtivo, devendo haver agilidade na adaptação dos instrumentos de trabalho às demandas do mercado; (3) da cadeia produtiva, havendo uma predominante tendência à horizontalização, reduzindo o âmbito de produção e estendendo-se às subcontratadas ou às ‘terceiras’, a produção de elementos básicos; e, (4) dos próprios trabalhadores, através da adoção de direitos flexíveis de trabalho, que permitam a organização a utilização mínima de mão-de-obra, a partir da realização de horas extras, contratações temporárias ou subcontratação.

FLEXIBILIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO CONSUBSTANCIADAS PELA GLOBALIZAÇÃO

O processo produtivo flexível do toyotismo aprofunda-se no capitalismo recente com a flexibilidade do trabalho. Este estado é caracterizado pela precarização dos vínculos de trabalho, sendo evidenciado na subcontratação (terceirização), no emprego temporário, nas atividades autônomas, no trabalho em casa, no “teletransporte”, na informalidade, nas cooperativas de trabalho e em outras formas de trabalho assalariado disfarçado (DRUCK, 2002; HARVEY, 2010). Neste contexto, Druck (2002) menciona a dupla transformação do trabalho aparentemente paradoxal, onde, por um lado, os modelos de organização exigem que o trabalhador esteja numa posição de estabilidade e envolvimento no processo de trabalho, através de maior responsabilidade, autonomia e iniciativa, e, por outro lado, os vínculos de trabalho tornam-se cada vez mais instáveis e precários. Porém, esta situação paradoxal é desfeita a partir das constatações sobre as condições de trabalho e impacto da intensificação produtiva à saúde, revelando uma predominância do estado de fragilização e precarização no trabalho, estimulando a busca do trabalhador por soluções individuais, ou seja, a busca de empregabilidade na informalidade.

Véras de Oliveira (2011) pontua que se no fordismo houve uma tendência geral a formalização das relações de trabalho, a partir do toyotismo, com a acumulação flexível somada ao neoliberalismo, houve uma tendência inversa, disseminando-se um discurso de “desregulamentação” do mercado de trabalho, numa perspectiva pró-flexibilização. Araújo (2011) corrobora esta colocação ao destacar que um processo de informalização da economia aprofundou-se na década de 1990, impulsionado pela intensificação da reestruturação produtiva e pela flexibilização das leis trabalhistas, culminando num favorecimento à precarização do trabalho. Véras de Oliveira (2011) ainda traz que precarização levada ao seu limite significa trabalho sem proteção, traduzindo-se em informalidade; e a flexibilização, também levada a seu limite, significa a substituição de vínculos estáveis e formais por vínculos mais

instáveis e informais nas relações trabalhistas, como na adoção da terceirização. Estando, desta forma, a informalidade como condição fundamental da flexibilização do trabalho.

Araújo (2011) e Vêras de Oliveira (2011), trazem à tona a discussão a respeito da concepção dualista do mercado de trabalho nos estudos sobre o setor informal, colocando em oposição o trabalho formal, moderno, dinâmico e capitalista, e o trabalho informal, atrasado, de baixa produtividade e não-capitalista, em suma, marginalizado. Estes autores expõem que tal concepção foi fortemente criticada em estudos mais recentes, que consideram a persistência e o fortalecimento deste setor uma estratégia de acumulação flexível de capital, possibilitando a extração de excedentes de formas de trabalho não tipicamente capitalistas, como ocorre, por exemplo, através das subcontratações.

O quadro de flexibilização e precarização do trabalho se agrava na globalização, uma vez que as consequências desta são sentidas em todas as esferas da vida social. Segundo Vêras de Oliveira e Moreira (2008), a dimensão social é marcada por uma reprodução generalizada das consequências da globalização, que apesar de atingir com intensidades distintas as sociedades, dadas as especificidades locais, tem provocado predominantemente a agudização dos estados de precarização e de privação à maioria da população mundial.

As principais consequências sentidas no âmbito social estão relacionadas à crise no mundo do trabalho, sendo estas referidas a: taxas elevadas de desemprego; um aumento expressivo de ocupações desvalorizadas, no mais das vezes prevalecendo situações de emprego sem remuneração fixa ou de rendimento irrisório; um elenco vastíssimo de “improvisações” pulverizadas e de tudo desqualificadas. (VÉRAS DE OLIVEIRA; MOREIRA, 2008, p. 45).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O materialismo dialético foi escolhido por corrente epistemológica por ser o mais coerente com o contexto desta pesquisa, pois este considera as relações (contraditórias) entre os elementos do fenômeno a ser estudado, contando com uma reflexão pautada na evolução histórica que gerou implicações na configuração da situação pesquisada (RICHARDSON, 2009). A natureza da pesquisa é qualitativa. O campo de estudo está referido à Comunidade Alto do Moura, onde os sujeitos foram os trabalhadores que manuseiam o barro como matéria-prima, selecionados por critério de intencionalidade/tipicidade e conveniência/acessibilidade. O método de coleta de dados utilizado foi a observação não-participante e a entrevista semi-estruturada de roteiro semiaberto, que a *priori* seria realizada exclusivamente de forma individual, porém, eventualmente, houve uma entrevista onde participaram simultaneamente e inevitavelmente duas entrevistadas⁴. A estratégia complementar foi a *snow ball*, onde os sujeitos já envolvidos no processo da pesquisa indicam os sujeitos seguintes (VERGARA, 2009). A técnica de análise de dados foi a análise pragmática da linguagem (MATTOS, 2005). A escolha por este método é justificada por este permitir captar as percepções singulares dos atores – os trabalhadores do barro – e recuperar o contexto em que se deram as entrevistas. Os trabalhadores do barro entrevistados totalizaram doze, selecionados segundo a intenção da formação de um quadro de heterogeneidade de situações à pesquisa.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO ALTO DO MOURA

Antes de recuperarmos o questionamento fundante desta pesquisa e aprofundar a discussão, é necessário apresentarmos o perfil dos sujeitos, que está detalhado na seção que segue.

⁴ Na entrevista realizada com a Trabalhadora 11, houve uma pequena e inevitável participação de sua mãe (nomeada Trabalhadora 12), que trabalha junto a ela no mesmo ambiente. Por sua fala conter fragmentos interessantes a esta pesquisa, sua participação não podia ser desconsiderada.

Perfil dos Entrevistados

Os entrevistados compõem um grupo de maioria cinquentenária, formado por cinco homens e sete mulheres, tendo, geralmente, por formação escolar o ensino fundamental incompleto. Quase a totalidade destes desenvolve o trabalho com o barro desde a infância ou adolescência, onde, a maioria revela que nunca trabalhou em outra atividade. Quase todos possuem a carteira do artesão⁵, que, a partir das falas de alguns, é revelada como um símbolo de identidade e unidade profissional, diante da carência de formalização da atividade artesanal. Porém, para a Trabalhadora 2, as vantagens da carteira do artesão não existem, tido que esta não representa uma forma de promover garantias sociais, como a aposentadoria, sendo, desta forma, obscurecidos os seus benefícios. “Porque não tem vantagem de nada. Porque você é artesão hoje em dia, você não pode se aposentar como artesão, você não tem benefício, você não tem nada” (Trabalhadora 2, em 16.04.2013).

Todos os entrevistados, excluindo-se o Trabalhador 4, apontam em suas falas a motivação ao trabalho com “artesanato” em barro sendo oriunda de uma hereditariedade profissional, como acontecia na organização do trabalho artesanal nas corporações de ofício nas formações feudais, como cita Oliveira (2006).

“Com o barro é... É aquela história, de pai para filho, ‘né’! Fica uma tradição. Aí, os pais fazem... Aí a criança já vai com curiosidade pra tentar mexer no barro, aí dali já começa fazendo uns bonequinhos... Aí, a medida que vai aprendendo, vai aperfeiçoando pra... Tipo uma profissão...” (Trabalhadora 11, em 16.04.2013).

Contudo, além desta motivação, os Trabalhadores 1, 3, 5, 8 e 11 declaram que o motivo que os levou a realização desta atividade profissional foi a necessidade de renda financeira, como colocado por Ferreira e Silva (2009) ao afirmarem que motivação ao trabalho artesanal se dá, antes de tudo, pela necessidade de um meio de sobrevivência. “A necessidade financeira! Porque naquele tempo ninguém... Levava, nem... De dizer: ‘É arte!’ Não! Era o financeiro mesmo, ‘né’!” (Trabalhadora 8, em 16.04.2013). Os Trabalhadores 2 e 4 revelam outra possibilidade de motivação ao trabalho com o “artesanato” em barro na busca por uma saída de empregabilidade alternativa (informal) diante da precariedade do trabalho na atualidade (DRUCK, 2002). O Trabalhador 4 afirma que o motivo da escolha por este trabalho refere-se a este ter caráter mais leve que os trabalhos que ele já havia realizado, ou seja, um fuga da intensificação do trabalho por um aumento da produtividade verificado na formação capitalista recente. “Eu trabalhei com serviço pesado também, ‘né’! Aí tem que procurar a melhora. Eu procurei o barro, graças a Deus! Até hoje num me arrependo não!” (Trabalhador 4, em 09.04.2013). Já a Trabalhadora 2 revela que a sua escolha por esta atividade profissional está referida à autonomia que não é permitida no sistema de coerção adotado pelas organizações formais, realizando esta também outra atividade profissional concomitantemente. Reflexo dos tempos de flexibilização do trabalho e processo de informalidade, que permite que o trabalhador procure meios de inserção no mercado de trabalho através do autoemprego no setor informal (CACCIAMALI *apud* ARAÚJO, 2011). Olha, na verdade é porque eu não tenho paciência de trabalhar com os outros [...] Prefiro trabalhar com artesanato mesmo. Que na verdade a gente trabalha a hora que quer, no dia que quer, ‘né’! Aí tem essa vantagem (Trabalhadora 2, em 16.04.2013).

Implicações da Reestruturação Produtiva no Alto do Moura

⁵ A Carteira do Artesão é “um programa que intenciona dar uma maior visibilidade ao ofício do artesão, abrindo-lhe, institucionalmente, novas possibilidades de interação com o mercado na obtenção de créditos, regulamentação das suas vendas, influenciando, diretamente, na relação atelier-loja, produção-consumo” (AMEIDA; SILVA, 2011, p. 1358).

O toyotismo impõe uma nova lógica de produção, trazendo à tona a flexibilidade dos processos produtivos, culminando numa reestruturação produtiva a partir da década de 1980, que tem seus traços aprofundados na década de 1990 (ANTUNES, 2005; GOUNET, 1999; ARAÚJO, 2011; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011). A flexibilidade dos processos produtivos foi observada na produção com barro no Alto do Moura, onde, para responder às necessidades da demanda nos padrões do capitalismo recente, se flexibilizam: (1) a cadeia de produção, através da estratégia de desverticalização, onde há uma tendência a subcontratação em etapas dos processos de produção, verificada nas falas dos Trabalhadores 1, 2, 3, 4, 6 e 8; e (2) o próprio trabalhador, evidenciada nas falas de todos os entrevistados através da constatação da presença de situações precárias de trabalho permeando todo processo produtivo: horas expansivas de trabalho, relações frágeis de trabalho, etc. , num ambiente de total ausência de direitos trabalhistas, dada a falta de formalização ao setor artesanal.

Como pontuado por Vêras de Oliveira (2011), a informalidade encontra-se como condição basal da flexibilização do trabalho. Perante isto, Araújo (2011) e Vêras de Oliveira (2011) utilizam-se da concepção de Maria Cristina Cacciamali para compreender o “processo de informalidade”. Esta concepção considera que este processo depende de dois fenômenos. O primeiro refere-se a uma reorganização do trabalho assalariado através do crescimento de ocupações informais, onde encontram-se em constante expansão relações de trabalho estabelecidas em esquemas de subcontratação de atividades da cadeia produtiva, ou seja, a terceirização. Nesta pesquisa, verificou-se que os Trabalhadores 1, 2, 4 e 8 terceirizam o processo de pintura na produção de suas peças. “Já é outra pessoa que trabalha nessa parte daí, da pintura. Pessoa que trabalha comigo, eu digo: ‘olha, pinta assim, assim, vai...’” (Trabalhador 1, em 16.04.2013). O trabalho do torneiro, dedicado à pré-modelagem de partes que comporão o produto final, é subcontratado pelos trabalhadores 1, 2, 3, 4 e 6. E a Trabalhadora 3 revela que também terceiriza o processo de queima da peças. “Não! É outro servicinho que não é pra mulher, tem que ser pra homem ‘mermo!’” (Trabalhadora 3, em 16.04.2013).

Nenhum dos “artesãos” entrevistados possui vínculo formal de trabalho, dado a carência de formalização em que se encontra o setor artesanal no Brasil (KELLER, 2011). Diante disto, através da terceirização de tais processos, estabelecem-se relações de trabalho onde as duas pontas do “contrato informal”, os “artesãos” do barro e trabalhadores dedicados a pré-modelagem, a pintura e a queima das peças de barro, se encontram em situação de informalidade, caracterizando um cenário de precarização geral das relações de trabalho.

Outro ponto relevante a respeito da adoção da subcontratação/terceirização no processo de reestruturação produtiva neste campo de pesquisa é a mudança no padrão de produção tradicional ao artesanato, pois o trabalhador aqui estudado é usualmente considerado “artesão”, ou seja, deveria ter domínio da totalidade do processo de produção de suas peças (GENTIL; BEZERRA; SALDANHA, 2008). Porém, Keller (2011), apoia-se no postulado de Wright Mills sobre o modelo idealizado de artesanato, para trazer o elemento “consciência do processo de produção” à discussão.

O que é realmente necessário para o trabalho-como-artesanato, contudo, é que o vínculo entre o produto e o produtor seja psicologicamente possível; se o produtor não possui legalmente o produto, deve possuí-lo psicologicamente (...). O artesão tem uma imagem do produto acabado, e mesmo que não o faça inteiro, vê o lugar de sua parte no todo e, por conseguinte, compreende o significado de seu esforço em termos desse todo (MILLS *apud* KELLER, 2011, p.1318).

Tal colocação feita acima não encerra a discussão, apenas a aguça, revelando que há aí uma contradição quanto ao entendimento das mudanças advindas da reestruturação produtiva para a consecução do trabalho artesão. No Alto do Moura, os padrões de produção de peças em barro se

alteram para atenderem a novas necessidades da demanda, e tal alteração se dá através da flexibilização da cadeia produtiva, evidenciada na adoção da terceirização.

É... Cada um, artesão aqui no Alto do Moura tem sua linhagem de trabalho [...]. Então eu tenho minha linhagem de trabalho. Desde que eu comecei, é... Eu procuro mais fazer, é... Os trabalhos representativos da região. Coisa nossa daqui [...]. E também de dez... Dez, vinte anos para cá, principalmente dez anos para cá, a gente começou a implantar outras novidades, que foram criando cada um suas bonecas, neguinha do cabelo de arame, a dondoca, a noiva, ‘são estilo moderno’ [...]. Eu vou falar para você de uma peça tradicional que eu faço. Eu trabalho fazendo ela toda [...]. Essa [boneca] daqui, que eu ‘tô’ fazendo hoje, esse corpo ele é feito por um torneiro. (Trabalhador 1, em 16.04.2013).

Retomando a discussão a respeito da concepção do “processo de informalidade” utilizado por Araújo (2011) e Vêras de Oliveira (2011), o segundo fenômeno do qual o desenvolvimento deste processo depende refere-se às diferentes formas de autoemprego, como no trabalho por conta própria desenvolvido pelos sujeitos desta pesquisa. Os autores argumentam, a partir da ideia apresentada por Cacciamali, que este nicho de trabalho informal congrega trabalhadores que têm dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, sendo caracterizado pela presença majoritária de jovens e de pessoas com mais de cinquenta anos de mulheres, principalmente de mulheres com baixa escolaridade. Nota-se, então, grande semelhança destas características apresentadas com as características traçadas no perfil dos trabalhadores entrevistados, porém o elemento supracitado “hereditariedade profissional” como motivação a inserção destes trabalhadores na atividade “artesanal” ganha destaque nesse contexto, diferenciando a situação que os levou para a informalidade. A maioria dos trabalhadores do barro, sujeitos desta pesquisa, já se profissionaliza e se integra ao mercado de trabalho no seio da informalidade, processo comum ao setor artesanal.

O estado de precarização do trabalho no Alto do Moura ainda é evidenciado através da flexibilização dos trabalhadores, na adoção de horários expansivos de trabalho (DRUCK, 2002), onde o tempo dedicado a vida profissional confunde-se com o tempo dedicado a vida social, situação comum a todos os entrevistados, porém sentida com intensidades diferentes a partir das especificidades pessoais. O Trabalhador 7 revela trabalhar rotineiramente cerca de 12 horas diárias, 5 dias da semana. “É assim... É de oito às doze, e de duas às dez da noite” (Trabalhador 7, em 16.06.2013).

Aqui eu trabalho assim... Eu acordo, aí... Trabalho, depois paro... Cuido do almoço, volto de novo a trabalhar. Às vezes de noite, na hora da novela, eu ‘tô’ ‘trabalhando’, entendeu?! Não tem hora certa não, porque eu faço quando dá tempo...As outras coisas eu faço quando dá tempo, que o barro eu gosto de fazer sempre! (Trabalhadora 6, em 16.04.2013).

As dúvidas a respeito do impacto do desenvolvimento desta atividade profissional à saúde dos trabalhadores também gera tema de discussão sobre a precarização do trabalho com o barro no Alto de Moura, pois, como coloca Druck (2011), a afetação da saúde do trabalhador, é elemento contundente da precarização do trabalho. Tal indagação insurge quando as Trabalhadoras 12 e 13 revelam que na etapa final da produção das peças: a queima, uma fumaça densa e escura é inalada pelos trabalhadores, não se sabendo, até então, quais seriam os possíveis prejuízos à saúde destes. “É porque é forte o cheiro! Mas é... Acho que já tá tão acostumado que nem... ‘Né!’” (Trabalhadora 11, em 16.04.2013).

Mais uma vez, a informalidade toma o centro na discussão, pois como já afirmado por Vêras de Oliveira (2011), a precariedade, quando levada a seu limite significa trabalho sem proteção, traduzindo-se em informalidade. A falta de formalização e regulamentação da atividade profissional do artesanato relega os trabalhadores inseridos nelas de amplas proteções trabalhistas previstas legalmente, não só

relacionadas a seguridade social, mas também relacionadas a segurança do trabalhador no processo de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de produção na Comunidade Alto do Moura encontra-se configurado num formato híbrido, mesclando características tradicionais ao modo artesanal com características advindas da influência do modo de produção capitalista dominante. As implicações deste formato híbrido são claramente sentidas, sofrendo esta realidade de trabalho das mais variadas nuances adversas presentes nas transformações do modo de produção capitalista. As consequências da reestruturação produtiva e da flexibilização do trabalho, que, com a capacidade expansiva propiciada pela globalização ecoam sobre todo o mundo do trabalho na atualidade, são igualmente percebidas no trabalho desenvolvido na Comunidade, onde se constata a precarização das condições do trabalho através da informalidade dos vínculos de trabalho, da subcontratação, da adoção de horários expansivos de trabalho, da desproteção legal, da insegurança quanto a impactos do processo de trabalho sobre a saúde do trabalhador... Condições precárias de trabalho que resvalam para a precarização das condições de vida.

O desmonte das condições de trabalho tem fortes reverberações sociais da globalização, pois esses processos se encadeiam, se vinculam, e se expressam na crescente pauperização e consequente desqualificação das condições de vida dos segmentos majoritários das populações, no espraiamento dos espaços fragmentados, segmentados, desassistidos dos serviços sociais mínimos que asseguram dignidade à vida e que só fazem denunciar as desigualdades e privações a que estão expostos tais segmentos (VÉRAS DE OLIVIERA; MOREIRA, 2008, p. 51).

A classificação dos sujeitos desta pesquisa como artesãos ou não torna-se cada vez mais difícil diante da própria confusão conceitual do artesão enquanto profissional, e, também frente as implicações da dinâmica do capitalismo recente que desconfiguram os padrões de trabalho local e os reconfiguram sob seu escopo. “No atual contexto de globalização e acumulação flexível, novas ocupações e relações de trabalho, assim como outras, antigas ou tradicionais, são recriadas e resignificadas” (ARAÚJO, 2011).

Por fim, os resultados desta pesquisa corroboram o postulado das críticas à visão dualista do mercado de trabalho, que contrapõe os setores industriais/formais aos setores tradicionais/informais, estando estes últimos marginalizados neste sistema estático. A discussão transcorrida nesta pesquisa nos mostrou que a relação entre estes setores não é estática, e sim dinâmica. Há uma relação de integração, onde as transformações ocorridas no mercado de trabalho formal, no setor industrial e no aparato produtivo moderno que o sustenta, têm implicações diretas ao desenvolvimento do trabalho informal no setor tradicional, onde se insere a atividade artesanal.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ALMEIDA, A. M. C.; SILVA, J. P. da. Demiurgos de si: O trabalho artesão no Alto do Moura e os desafios do contemporâneo. In: *XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*. João Pessoa, set. 2011.

ALVIM, M. R. B. Artesanato, tradição e mudança social – uma estudo a partir da ‘arte do ouro’ de Juazeiro do Norte. In: *O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional de Folclore, 1983.

ARAÚJO, A. M. C. O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

DRUCK, G. *Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho* In: CADERNO CRH, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez. 2002.

DRUCK, G. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

FERREIRA, J. E.; SILVA FILHO, P. R. de F. *Do barro a expressão artística: representações conceituais do trabalho artesanal no Alto do Moura, Caruaru, PE*. Caruaru, PE: Edições FAFICA, 2009.

GENTIL, R. F. C.; BEZERRA, I. X. B.; SALDANHA, M. C. W. Repercussões da organização do trabalho artesanal cooperativo: caso do núcleo de produção artesanal da vila de Ponta Negra em Natal/RN. In: *XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. Rio de Janeiro, out. 2008.

GOUNET, T.. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2010.

HELOANI, R. *Organização do Trabalho e Administração: uma visão multidisciplinar*. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MATTOS, P. L. C. L. de. A entrevista não estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. *Revista de Administração Pública – RAP*, n. 4, 2005.

KELLER, P. F. Condições, processo e organização do trabalho artesanal contemporâneo: os casos da cooperativa das artesãs dos lençóis maranhenses e da associação das artesãs do Monte Castelo (Maranhão). In: *XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*. João Pessoa, set. 2011.

KELLER, P. F. Trabalho artesanal e cooperado: realidades, mudanças e desafios. In: *Sociedade e Cultura*. Goiânia, v. 14, n. 1, p. 29-40, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA, C. R. de. *História do Trabalho*. 5. Ed. São Paulo: Ática, 2006.

RAMOS, G. *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho*. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2009.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. 10. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

SROUR, R. H.. *Modos de produção: elementos da problemática*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; MOREIRA, E. M. Sentidos da globalização: um desafio ao pensamento sociológico. *Raízes*, Campina Grande, vol. 27, nº 1, p. 43–55, jan./jun. 2008.

VERGARA, S. C. *Métodos de coleta de dados no campo*. São Paulo: Atlas, 2009.